

# SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>A QUESTÃO AMBIENTAL E AS CONCEPÇÕES ÉTICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>27</b>
1.1.	A crise ambiental e os refugiados climáticos .....	27
1.2.	O antropocentrismo, o ecocentrismo e o biocentrismo .....	30
1.3.	Movimentos ambientalistas: conservacionismo e preservacionismo .....	34
1.4.	As concepções éticas ambientais na Constituição Federal de 1988 .....	35
1.5.	Questões de concursos públicos comentadas .....	36
<b>2.</b>	<b>MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL .....</b>	<b>37</b>
2.1.	Definição de meio ambiente .....	37
2.2.	Espécies de meio ambiente .....	38
2.3.	Definição, autonomia e objetivo do direito ambiental .....	38
2.4.	Questões de concursos públicos comentadas .....	41
<b>3.</b>	<b>A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL .....</b>	<b>43</b>
3.1.	Introdução .....	43
3.2.	Meio ambiente cultural .....	44
3.3.	Meio ambiente natural .....	44
3.4.	Meio ambiente artificial .....	44
3.5.	Direito intertemporal ambiental .....	45
3.6.	A constitucionalização do direito ambiental no Brasil e o nascimento do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado .....	46
3.7.	Hermenêutica jurídica ambiental e a interpretação constitucional das normas ambientais .....	54
3.8.	Histórico das principais leis ambientais do Brasil .....	58
3.9.	Questões de concursos públicos comentadas .....	60
<b>4.</b>	<b>COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS .....</b>	<b>61</b>
4.1.	Federalismo de cooperação .....	61
4.2.	Competências materiais ambientais .....	62
4.3.	Competências legislativas ambientais .....	74
4.4.	Questões de concursos públicos comentadas .....	91
<b>5.</b>	<b>PRINCÍPIOS SETORIAIS .....</b>	<b>97</b>
5.1.	Definição, funções e tensão .....	97

5.2.	Princípio da prevenção .....	98
5.3.	Princípio da precaução .....	99
5.4.	Princípio do desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento .....	102
5.5.	Princípio do poluidor (ou predador)-pagador ou da responsabilidade .....	109
5.6.	Princípio do usuário-pagador .....	111
5.7.	Princípio da cooperação entre os povos .....	112
5.8.	Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade .....	113
5.9.	Princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção ambiental .....	113
5.10.	Princípio da participação comunitária ou cidadã ou princípio democrático .....	114
5.11.	Princípio da função socioambiental da propriedade .....	115
5.12.	Princípio da informação .....	116
5.13.	Princípio do limite ou controle .....	118
5.14.	Princípio do protetor-recebedor .....	118
5.15.	Princípio da vedação ao retrocesso ecológico .....	120
5.16.	Princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada .....	120
5.17.	Princípio da gestão ambiental descentralizada, democrática e eficiente .....	121
5.18.	Outros princípios ambientais (11 princípios) .....	121
5.19.	Tabela dos princípios ambientais .....	123
5.20.	Questões de concursos públicos comentadas .....	125
	Vídeo .....	135
<b>6.</b>	<b>A POLÍTICA NACIONAL E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>137</b>
6.1.	Princípios .....	137
6.2.	Objetivos específicos .....	140
6.3.	Instrumentos .....	141
6.4.	O sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA) .....	148
6.5.	Questões de concursos públicos comentadas .....	158
<b>7.</b>	<b>O ZONEAMENTO AMBIENTAL .....</b>	<b>167</b>
7.1.	Considerações iniciais .....	167
7.2.	Definição .....	168
7.3.	Objetivo geral .....	169
7.4.	Competência para a realização .....	169
7.5.	Pressupostos .....	170
7.6.	Conteúdo .....	170
7.7.	Alteração .....	170
7.8.	Regra de transição .....	171
7.9.	Zoneamento industrial .....	171

7.10. Questões de concursos públicos comentadas .....	173
 Vídeo .....	177
<b>8. O PODER DE POLÍCIA, O LICENCIAMENTO E OS ESTUDOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>179</b>
8.1. Considerações gerais sobre o poder de polícia ambiental .....	179
8.2. Poder de polícia e taxa .....	185
8.3. Executoredade de alguns atos de polícia ambiental .....	186
8.4. Peculiaridades da licença ambiental .....	187
8.5. Revogação e anulação da licença ambiental .....	189
8.6. Definição de licença ambiental .....	191
8.7. Espécies de licença ambiental .....	191
8.8. Fundamentos e definição de licenciamento ambiental .....	195
8.9. Publicidade do licenciamento ambiental .....	199
8.10. Exigibilidade do licenciamento ambiental .....	199
8.11. Competência para o licenciamento ambiental .....	200
8.11.1. Disciplina normativa e critérios definidores: extensão do impacto ambiental e dominialidade do bem público afetável .....	200
8.11.2. Competências licenciatórias federais .....	203
8.11.3. Competências licenciatórias municipais .....	209
8.11.4. Competências licenciatórias estaduais .....	210
8.11.5. Competências licenciatórias do Distrito Federal .....	211
8.11.6. Competências licenciatórias para a supressão e o manejo de vegetação .....	211
8.11.7. Regras de competência para o licenciamento ambiental no novo Código Florestal .....	212
8.11.8. O licenciamento em mais de uma esfera de competência .....	213
8.11.9. O conflito entre o critério da extensão do impacto ambiental e o critério da dominialidade do bem público afetável .....	215
8.12. Estudos ambientais ou avaliação de impactos ambientais .....	224
8.13. Questões de concursos públicos comentadas .....	232
 Vídeo .....	244
 Vídeo .....	245
 Vídeo .....	246
<b>9. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS .....</b>	<b>247</b>
9.1. Disposições gerais e novidades do Código Florestal (Lei 12.651/2012) .....	248

9.2.	Áreas de preservação permanente (APP's) .....	279
9.2.1.	Definição legal .....	279
9.2.2.	APP's do artigo 4º do novo CFLo .....	279
9.2.3.	APP's do artigo 6º do CFLo .....	298
9.2.4.	Outras APP's instituídas pelo CONAMA .....	299
9.2.5.	Regime especial de proteção e exploração excepcional .....	301
9.2.6.	Áreas consolidadas em APP's reguladas pelo novo Código Florestal .....	306
9.2.7.	APP's instituídas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	310
9.2.8.	A difícil questão da indenizabilidade da vegetação em APP na hipótese de desapropriação .....	312
9.2.9.	Explorações consolidadas em APP .....	312
9.3.	Apicuns e salgados .....	315
9.4.	Reserva legal (RL) .....	317
9.4.1.	Definição legal .....	317
9.4.2.	Natureza jurídica .....	318
9.4.3.	Percentuais mínimos e Cota de Reserva Ambiental .....	319
9.4.4.	Redução da Reserva Legal .....	323
9.4.5.	Ampliação da Reserva Legal .....	323
9.4.6.	Localização da Reserva Legal .....	324
9.4.7.	Cálculo da Reserva Legal .....	325
9.4.8.	Dispensa da Reserva Legal .....	330
9.4.9.	Registro imobiliário e inscrição no Cadastro Ambiental Rural .....	330
9.4.10.	Regime de proteção e explorabilidade sustentável da Reserva Legal .....	331
9.4.11.	Obrigação propter rem de reflorestar do proprietário .....	333
9.4.12.	Desapropriação e indenizabilidade limitada .....	334
9.4.13.	Isenção do ITR e averbação da Reserva Legal .....	334
9.4.14.	Explorações consolidadas em Reserva Legal e sua recomposição ....	336
9.4.15.	Quadro comparativo entre Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL .....	338
9.5.	Unidades de conservação (UC's) .....	339
9.5.1.	Introdução .....	339
9.5.2.	Definição legal .....	339
9.5.3.	Criação, extinção, redução e desafetação .....	340
9.5.4.	Possibilidade de desapropriação da área .....	342
9.5.5.	Requisitos para a instituição .....	342
9.5.6.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC .....	344

9.5.7.	Grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável .....	345
9.5.8.	Zona de amortecimento e licenciamento ambiental em unidade de conservação ou no seu entorno .....	349
9.5.9.	Corredores ecológicos .....	353
9.5.10.	Mosaico .....	354
9.5.11.	Plano de manejo .....	354
9.5.12.	Limitações administrativas provisórias .....	358
9.5.13.	Taxa de visitação e concessão de áreas/serviços/instalações .....	358
9.5.14.	Gestão por OSCIP e sua concessão aos particulares .....	359
9.5.15.	Compensação por significativo impacto ambiental .....	360
9.5.16.	Populações tradicionais .....	364
9.5.17.	Outras disposições .....	365
9.5.18.	Competência para o licenciamento ambiental nas unidades de conservação .....	366
9.5.19.	Regra de transição .....	366
9.5.20.	Reservas da Biosfera .....	366
9.5.21.	Atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação .....	367
9.5.22.	Conselho consultivo ou deliberativo .....	367
9.5.23.	Unidades de conservação federais .....	368
9.5.24.	Programa Áreas Protegidas da Amazônia .....	369
9.6.	Áreas ambientais municipais .....	369
9.7.	Áreas de uso restrito .....	370
9.8.	A zona costeira brasileira e a política nacional para os recursos do mar ....	372
9.9.	Questões de concursos públicos comentadas .....	377
 Vídeo .....	391	
<b>10. AGROTÓXICOS .....</b>	<b>395</b>	
10.1.	Introdução e definições .....	395
10.2.	Registro de agrotóxicos .....	401
10.3.	Da autorização de extensão de uso de agrotóxicos em culturas com suporte fitossanitário insuficiente (CSFI) .....	403
10.4.	Do comunicado de produção para exportação .....	403
10.5.	Permissão para importação .....	404
10.6.	Registro por equivalência .....	404
10.7.	Registro de pessoas jurídicas .....	404
10.8.	Sistema unificado de cadastro e de utilização de agrotóxicos e de produtos de controle ambiental informatizado .....	405

10.9.	Reanálise dos riscos .....	406
10.10.	Controle de qualidade .....	406
10.11.	Comercialização .....	407
10.12.	Embalagens .....	407
10.13.	Rotulagem para venda e uso .....	408
10.14.	Armazenamento, transporte e fiscalização .....	409
10.15.	Responsabilidade civil e administrativa .....	409
10.16.	Responsabilidade criminal .....	411
10.17.	Sistema unificado de informação, petição e avaliação eletrônica .....	412
<b>11.</b>	<b>A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS .....</b>	<b>413</b>
11.1.	Abrangência da gestão de florestas públicas .....	413
11.2.	Definição de concessão florestal e outras .....	415
11.3.	Objeto .....	416
11.4.	Limites .....	417
11.5.	Regras licitatórias especiais .....	418
11.6.	Prazo .....	419
11.7.	Licenciamento ambiental .....	419
11.8.	Livre concorrência .....	420
11.9.	Controvérsia sobre a necessidade de autorização do Congresso Nacional ....	420
11.10.	Extinção da concessão florestal .....	421
11.11.	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal .....	421
11.12.	Serviço florestal brasileiro .....	421
11.13.	Concessão florestal na FLONA Jamari .....	421
11.14.	Questões de concursos públicos comentadas .....	423
<b>12.</b>	<b>ÁGUAS .....</b>	<b>427</b>
12.1.	Titularidade dominial .....	427
12.2.	A política nacional de recursos hídricos .....	429
12.2.1.	Fundamentos .....	429
12.2.2.	Objetivos .....	432
12.2.3.	Diretrizes gerais de ação .....	433
12.2.4.	Instrumentos .....	433
12.3.	O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH ....	435
12.3.1.	Composição e objetivos .....	435
12.3.2.	Conselho Nacional de Recursos Hídricos .....	436
12.3.3.	Agência Nacional de Águas .....	437
12.3.4.	Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal .....	438

12.3.5. Comitês de Bacia Hidrográfica .....	438
12.3.6. Agências de Água .....	440
12.3.7. Organizações civis de recursos hídricos .....	440
12.4. Regime jurídico de utilização da água .....	441
12.5. Infrações administrativas .....	448
12.6. Padrões de qualidade da água .....	449
12.7. As águas no Código Civil .....	451
12.8. Política nacional de segurança de barragens e política nacional de direitos das populações atingidas por barragens .....	453
12.9. Poluição por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas brasileiras .....	458
12.10. Questões de concursos públicos comentadas .....	462
<b>13. AR .....</b>	<b>471</b>
13.1. Disposições gerais .....	471
13.2. Padrões de emissão de gases .....	473
13.3. Queimadas .....	475
13.4. Poluição sonora .....	478
13.5. Questões de concursos públicos comentadas .....	480
<b>14. FAUNA .....</b>	<b>481</b>
14.1. Definição e competência dos entes federados .....	481
14.2. Classificação .....	485
14.3. Propriedade .....	485
14.4. Caça .....	486
14.5. Comercialização da fauna silvestre .....	490
14.6. Controle da fauna nas imediações de aeródromos .....	491
14.7. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca .....	492
14.8. Proteção constitucional .....	500
14.9. Questões de concursos públicos comentadas .....	503
<b>15. FLORA .....</b>	<b>507</b>
15.1. Disposições gerais e competência dos entes federados .....	507
15.2. Supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo e o controle do desmatamento .....	511
15.3. Exploração florestal e a sua reposição .....	512
15.4. Controle da origem dos produtos florestais .....	513
15.5. Proibição do uso do fogo e controle dos incêndios .....	514
15.6. Programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente .....	515
15.7. Agricultura familiar na pequena propriedade ou posse rural .....	518

15.8.	Tutela especial da mata atlântica .....	519
15.9.	Tutela especial da floresta amazônica .....	529
15.10.	Tutela especial do pantanal mato-grossense .....	530
15.11.	Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu .....	530
15.12.	Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta .....	531
15.13.	Programa Nacional de Florestas .....	534
15.14.	Política Agrícola para Florestas Plantadas .....	535
15.15.	Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca .....	536
15.16.	Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG .....	538
15.17.	Questões de concursos públicos comentadas .....	539
<b>16.</b>	<b>RECURSOS MINERAIS .....</b>	<b>543</b>
16.1.	Propriedade .....	543
16.2.	Competência legislativa .....	543
16.3.	Minas e jazidas .....	543
16.4.	Regimes de aproveitamento .....	544
16.5.	Compensação financeira .....	550
16.6.	Licenciamento ambiental .....	550
16.7.	Recuperação da área degradada .....	551
16.8.	Questões de concursos públicos comentadas .....	552
<b>17.</b>	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>555</b>
17.1.	Conceito e competência material .....	555
17.2.	Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Cultura e Política Nacional de Cultura Viva .....	558
17.3.	Formas de tutela .....	563
17.4.	Patrimônio espeleológico .....	564
17.5.	Patrimônio arqueológico ou pré-histórico .....	566
17.6.	Registro .....	567
17.7.	Tombamento .....	571
17.7.1.	Definição .....	571
17.7.2.	Previsão legal .....	572
17.7.3.	Natureza jurídica .....	572
17.7.4.	Descentralização administrativa .....	572
17.7.5.	Competência para instituição .....	572
17.7.6.	Competência legiferante .....	573
17.7.7.	Objeto .....	573
17.7.8.	Espécies .....	573

17.7.9.	Tombamento de ofício .....	573
17.7.10.	Tombamento provisório .....	574
17.7.11.	Tombamento definitivo .....	574
17.7.12.	Procedimento federal .....	574
17.7.13.	Registro cartorial .....	575
17.7.14.	Conteúdo da proteção .....	575
17.7.15.	Zona de entorno .....	575
17.7.16.	Conservação e reparação .....	575
17.7.17.	Direito de preferência .....	575
17.7.18.	Outras formas de instituição .....	576
17.7.19.	Indenização .....	577
17.7.20.	Tombamento constitucional .....	577
17.7.21.	Destombamento .....	577
17.7.22.	Infrações administrativas contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural .....	577
17.7.23.	Crimes contra o patrimônio cultural .....	577
17.7.24.	Jurisprudência .....	578
17.8.	Desapropriação .....	581
17.9.	Questões de concursos públicos comentadas .....	582
<b>18.</b>	<b>PATRIMÔNIO ARTIFICIAL .....</b>	<b>587</b>
18.1.	Disposições gerais constitucionais e sua regulamentação .....	587
18.2.	Estatuto da Cidade .....	589
18.2.1.	Diretrizes da Política Urbana .....	589
18.2.2.	Instrumentos da Política Urbana .....	592
18.2.3.	Conteúdo do Plano Diretor .....	597
18.2.4.	Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) .....	600
18.3.	Estatuto da Metrópole .....	602
18.4.	Parcelamento do solo urbano .....	605
18.5.	Questões de concursos públicos comentadas .....	611
<b>19.</b>	<b>PATRIMÔNIO GENÉTICO .....</b>	<b>617</b>
19.1.	Biodiversidade .....	617
19.1.1.	Previsão constitucional, definição e regulamentação .....	617
19.1.2.	Patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e acesso/transferência de tecnologia .....	618
19.2.	Biossegurança .....	625
19.2.1.	A pesquisa com células-tronco embrionárias e o direito fundamental à vida .....	625

19.2.2.	A pesquisa com Organismos Geneticamente Modificados – OGM .....	628
19.2.3.	CIBio .....	628
19.2.4.	CNBS .....	628
19.2.5.	CTNBio .....	629
19.2.6.	SIB .....	629
19.2.7.	Órgãos e entidades de registro e fiscalização .....	630
19.2.8.	Responsabilidade civil e administrativa .....	630
19.2.9.	Regras de transição .....	630
19.2.10.	Licenciamento ambiental .....	630
19.3.	A situação brasileira .....	631
19.4.	Questões de concursos públicos comentadas .....	632
<b>20.</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>639</b>
20.1.	Introdução .....	639
20.2.	Conceito legal de poluidor .....	640
20.3.	Solidariedade entre poluidores .....	641
20.4.	Nexo de causalidade .....	644
20.5.	Natureza objetiva e teoria do risco integral .....	647
20.6.	Responsabilidade do adquirente de imóvel – obrigação <i>propter rem</i> .....	658
20.7.	Imprescritibilidade da pretensão .....	663
20.8.	Danos ambientais .....	667
20.9.	Teses repetitivas do STJ .....	679
20.10.	Questões de concursos públicos comentadas .....	690
<b>21.</b>	<b>INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS .....</b>	<b>699</b>
21.1.	Disposições gerais .....	699
21.2.	Infração ambiental do artigo 70 da lei 9.605/1998 e sua regulamentação ...	702
21.2.1.	Tipicidade e legalidade .....	702
21.2.2.	Sanções administrativas .....	706
21.2.3.	Procedimento .....	719
21.2.4.	Tipos em espécie .....	722
21.2.5.	Prescrição .....	730
21.2.6.	Hipóteses de suspensão e conversão da punibilidade administrativa no novo Código Florestal .....	743
21.3.	Outras infrações administrativo-ambientais .....	744
21.4.	Questões de concursos públicos comentadas .....	747
	Vídeo .....	754

<b>22. RESPONSABILIDADE CRIMINAL AMBIENTAL .....</b>	<b>757</b>
22.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	757
22.2. A figura do garantidor .....	766
22.3. A competência para o julgamento .....	767
22.4. A desconsideração da personalidade jurídica .....	775
22.5. A dosimetria das sanções .....	779
22.6. As penas restritivas de direito das pessoas físicas .....	779
22.7. As penas das pessoas jurídicas .....	780
22.8. Apreensão dos produtos e dos instrumentos do crime ambiental .....	781
22.9. A liquidação forçada da pessoa jurídica .....	782
22.10. Circunstâncias atenuantes e agravantes .....	782
22.11. A suspensão condicional da pena .....	783
22.12. A iniciativa da ação penal .....	783
22.13. A suspensão condicional do processo .....	783
22.14. A proposta de aplicação de pena restritiva de direitos .....	786
22.15. A substituição da pena privativa de liberdade .....	786
22.16. Sentença condenatória e reparação .....	786
22.17. O princípio da insignificância .....	786
22.18. A suposta exclusão da ilicitude pela celebração e cumprimento de TAC .....	792
22.19. Comentário geral sobre os tipos da lei 9.605/1998 .....	794
22.20. Dos crimes contra a fauna .....	796
22.21. Dos crimes contra a flora .....	812
22.22. Da poluição e outros crimes ambientais .....	836
22.23. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural .....	853
22.24. Dos crimes contra a administração ambiental .....	859
22.25. Cooperação penal internacional .....	865
22.26. Tutela penal do meio ambiente em outras leis .....	866
22.27. Questões de concursos públicos comentadas .....	868
 Vídeo .....	882
<b>23. TUTELA PROCESSUAL CIVIL DO MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>883</b>
23.1. Disposições gerais .....	883
23.2. Ação individual .....	884
23.3. Ação civil pública .....	885
23.3.1. Considerações iniciais .....	885
23.3.2. Legitimidade ativa .....	886
23.3.3. Legitimidade passiva .....	888

23.3.4.	Competência jurisdicional .....	890
23.3.5.	Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	897
23.3.6.	Regime jurídico da coisa julgada .....	900
23.3.7.	Controle difuso de constitucionalidade .....	907
23.3.8.	Pedido .....	908
23.3.9.	Imprescritibilidade da pretensão .....	913
23.3.10.	Questões específicas ambientais .....	914
23.3.11.	Outras regras .....	917
23.4.	Ação popular .....	922
23.4.1.	Considerações iniciais .....	922
23.4.2.	Legitimidade ativa .....	922
23.4.3.	Legitimidade passiva .....	923
23.4.4.	Objeto e eficácia da sentença .....	923
23.4.5.	Competência jurisdicional .....	925
23.4.6.	Outras disposições .....	927
23.5.	Questões de concursos públicos comentadas .....	928
 Vídeo .....	936	

<b>24.</b>	<b>DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL .....</b>	<b>937</b>
24.1.	Disposições gerais .....	937
24.2.	A Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente – Conferência de Estocolmo .....	939
24.3.	A CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção .....	941
24.4.	A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (RIO/1992 ou ECO/1992) .....	943
24.4.1.	A Declaração do Rio .....	944
24.4.2.	A Agenda 21 .....	946
24.4.3.	A declaração de princípios para o desenvolvimento sustentável das florestas (Carta das Florestas) .....	946
24.4.4.	A Convenção sobre Diversidade Biológica (Convenção da Biodiversidade) .....	947
24.4.5.	A Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima .....	952
24.5.	Protocolo de Kyoto à convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima .....	953
24.6.	Acordo de Copenhague .....	956
24.7.	Acordo-quadro sobre complementação energética regional entre os estados-partes do Mercosul e estados associados .....	957

24.8. Acordo de Paris .....	958
24.9. Questões de concursos públicos comentadas .....	959
<b>25. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA .....</b>	<b>967</b>
25.1. Introdução .....	967
25.2. Medidas executórias .....	969
25.3. Princípios .....	970
25.4. Objetivos .....	970
25.5. Diretrizes .....	972
25.6. Instrumentos .....	973
25.7. Meta brasileira de redução dos gases que causam o efeito estufa .....	976
25.8. O novo Código Florestal e as mudanças climáticas .....	978
25.9. Questões de concursos públicos comentadas .....	979
<b>26. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....</b>	<b>981</b>
26.1. Introdução .....	981
26.2. Princípios .....	983
26.3. Objetivos .....	983
26.4. Instrumentos .....	984
26.5. Classificação dos resíduos sólidos .....	989
26.6. Responsabilidade dos geradores e do poder público .....	990
26.7. Resíduos perigosos .....	992
26.8. Instrumentos econômicos .....	992
26.9. Proibições .....	993
26.10. Regras de transição .....	994
26.11. Questões de concursos públicos comentadas .....	995
 Vídeo .....	1000
<b>27. ORDEM ECONÔMICA, MEIO AMBIENTE E TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>1001</b>
27.1. Introdução .....	1001
27.2. A ordem econômica ambiental e a relação entre o direito ambiental e o direito econômico .....	1002
27.3. A fiscalidade, a parafiscalidade e a extrafiscalidade a serviço da proteção do meio ambiente .....	1005
27.4. A extrafiscalidade como instrumento de realização dos princípios ambientais .....	1009
27.5. O princípio da capacidade contributiva como limitador da extrafiscalidade ambiental .....	1010
27.6. A releitura do princípio da estrita legalidade .....	1010

27.7.	A adoção de critérios ambientais pelos estados no repasse de parcela da arrecadação do <b>ICMS</b> aos municípios ("ICMS ecológico") .....	1012
27.8.	Questões de concursos públicos comentadas .....	1013
<b>28.</b>	<b>ASPECTOS JURÍDICOS DA AUDITORIA AMBIENTAL .....</b>	<b>1015</b>
28.1.	Noções introdutórias .....	1015
28.2.	Definição .....	1016
28.3.	Legislação de regência .....	1016
28.4.	Auditoria de conformidade legal ou obrigatória .....	1018
28.5.	Questão de concurso público comentada .....	1019
<b>29.</b>	<b>SANEAMENTO BÁSICO .....</b>	<b>1021</b>
29.1.	Introdução e definições legais .....	1021
29.2.	Princípios fundamentais .....	1028
29.3.	Exercício da titularidade e prestação .....	1029
29.4.	Planejamento e regulação .....	1032
29.5.	Aspectos econômicos e sociais .....	1034
29.6.	Aspectos técnicos e controle social .....	1036
29.7.	Política federal de saneamento básico .....	1038
29.8.	Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA) .....	1040
29.9.	Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB) .....	1040
29.10.	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB) .....	1041
29.11.	Questões de concursos públicos comentadas .....	1041
<b>30.</b>	<b>ÍNDIOS E MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>1045</b>
30.1.	Indigenato e terras indígenas .....	1045
30.2.	Outras áreas indígenas reservadas .....	1054
30.3.	Exploração dos recursos naturais .....	1054
30.4.	Unidades de conservação .....	1056
30.5.	Conhecimento tradicional associado dos índios ao patrimônio genético ....	1056
30.6.	Questões de concursos públicos comentadas .....	1057
<b>31.</b>	<b>POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>1059</b>
31.1.	Energia e suas fontes .....	1059
31.2.	Política energética do brasil .....	1062
31.3.	Petróleo e gás natural .....	1063
31.4.	Biocombustíveis .....	1068
31.5.	Política nacional de conservação e uso racional de energia .....	1069
31.6.	Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica .....	1070
31.7.	Energia nuclear .....	1071

31.8.	Rejeitos radioativos .....	1075
31.9.	Política nacional de biocombustíveis .....	1080
31.10.	Questões de concursos públicos comentadas .....	1081
<b>32.</b>	<b>MEIO AMBIENTE DO TRABALHO .....</b>	<b>1083</b>
32.1.	Composição e normatização constitucional .....	1083
32.2.	Proteção ao meio ambiente do trabalho .....	1084
32.3.	Acidente de trabalho, moléstias ocupacionais e eventos equiparados .....	1087
32.4.	Responsabilidade civil das empresas pelo dano ambiental do trabalho .....	1092
32.5.	Questões de concursos públicos comentadas .....	1093
<b>33.</b>	<b>SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>1095</b>
33.1.	Introdução .....	1095
33.2.	Licitações e contratações sustentáveis .....	1097
33.3.	Regras de sustentabilidade no Estatuto das Empresas Estatais .....	1109
33.4.	Rotulagem ambiental .....	1111
33.5.	Agenda ambiental da administração pública (A3P) .....	1112
33.6.	Instrução normativa MPOG 10, de 12/11/2012 (plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal) .....	1117
33.7.	Resolução CNJ 400, de 16 de junho de 2021 .....	1118
33.8.	Resolução STF 561, de 24 de setembro de 2015 .....	1126
33.9.	Instrução normativa STJ/GDG n. 15, de 12 de novembro de 2020 .....	1128
33.10.	Ato conjunto CSJT/TST/GP nº 24/2014 .....	1130
33.11.	Ato da Comissão Diretora do Senado 4/2013 .....	1139
33.12.	Resolução TSE 23.474, de 19 de abril de 2016 .....	1145
33.13.	Resolução TCU 268, de 4 de março de 2015 .....	1149
33.14.	Resolução CNJ 433, de 27 de outubro de 2021 .....	1150
33.15.	Questões de concursos públicos comentadas .....	1152
<b>34.</b>	<b>POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PNPSA) .....</b>	<b>1157</b>
34.1.	Introdução .....	1157
34.2.	Definições legais .....	1159
34.3.	Modalidades de pagamentos por serviços ambientais .....	1160
34.4.	Objetivos da PNPSA .....	1161
34.5.	Diretrizes da PNPSA .....	1162
34.6.	Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA) .....	1163
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1165</b>	